

Plano para mercado de carbono atinge mais a grande indústria

Legislação ambiental Controle de emissões

Plano para mercado de carbono atinge mais grandes indústrias

— Instalações que emitem mais de 25 mil toneladas de CO₂ por ano vão ter de compensar emissões; proposta deve chegar ao Congresso em agosto

AMANDA PUPO
BRASILIA

Equipes técnicas do governo Lula concluíram projeto de lei para a criação do mercado regulado de carbono no Brasil. A minuta, à qual a reportagem teve acesso, sugere que fiquem sujeitas ao mercado regulado, e compensem suas emissões, as instalações que emitem acima de 25 mil toneladas de dióxido de carbono (CO₂) por ano, o que deve afetar mais as indústrias.

Um crédito de carbono

equivale a uma tonelada de CO₂. Trata-se de uma métrica que compara as emissões de vários gases de efeito estufa, entre eles o gás metano, o óxido nítrico e o ozônio.

Esse crédito pode ser comprado ou gerado de diferentes formas, como reflorestamento, manejo sustentável do solo, adoção de sistemas agroflorestais, troca de matriz energética e gestão de resíduos, por exemplo. Teoricamente, o processo de comercialização de crédito de carbono é simples: um agricultor que planta árvo-

res pode receber dinheiro de corporações para que as emissões de carbono da companhia sejam compensadas por meio do reflorestamento.

Um estudo da consultoria McKinsey do ano passado estimou que o mercado de carbono pode movimentar cerca de US\$ 2 bilhões (cerca de R\$ 9,8 bilhões) na próxima década.

De acordo com pessoas que tiveram acesso ao projeto, uma pequena parcela do agronegócio também poderá ser alvo da proposta. Na avaliação do governo, embora uma par-

cela do setor resista à ideia de permanecer sob um teto de emissões, a proposta afeta pouco esse mercado – alguns grandes frigoríficos devem passar pela regulação. Por outro lado, avaliam os técnicos do governo, a proposta tem potencial de favorecer o segmento em pelo menos duas frentes no aspecto de reputação do País e no potencial do agro em vender créditos de carbono.

CORRIDA. O *Estado*/Broadcast apurou que a ideia é apresentar o texto ao Congresso em

agosto. O governo Lula corre para aprovar medidas que valorizem o meio ambiente.

Além da tarefa de combater o desmatamento ilegal, o Brasil também fica atrás de pelo menos 28 iniciativas de mercado de carbono já implementadas pelo mundo. Há dois anos, nos preparativos para a COP26, o Congresso tentou aprovar um projeto de lei que criaria as regras, mas esbarrou em resistências e falta de consenso durante a gestão Bolsonaro. Como resultado, três propostas sobre o tema ainda tramitam no Congresso e não há consenso sobre elas.

MERCADO. A minuta da proposta também avança na compatibilização do futuro mercado regulado de carbono doméstico com as transações internacionais. O projeto cria dispositivos que podem atrair empresas de outros países para compra de créditos no Brasil, o que fomentaria ações ambientais por aqui. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1